

EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DE ASSENTADOS E PEQUENOS AGRICULTORES NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Alex Carlos Silva Pimentel^{*}
Alexandre da Silva Cavalcanti^{**}
Lenivaldo Manoel de Melo^{***}
Tales Vital^{****}
Yony Sampaio^{*****}

Resumo: Com o propósito de analisar mudanças nas condições de vida de assentados da reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e de pequenos agricultores de comunidades vinculadas com o Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR, o presente trabalho analisa dados coletados, em 2000 e 2004, em assentamentos, e 1999 e 2004, em comunidades, procedendo-se à análise evolutiva para cada grupo como comparações da evolução entre os grupos. Consta-se pequena alteração nas comunidades, com relativa estabilidade no período, porém, com queda na renda real. Nos assentamentos, ocorreu substancial melhora nas condições habitacionais, ligeira melhora nas condições de educação e saúde e pouca alteração na renda. Os índices de nível de vida e desenvolvimento econômico e social permanecem estáveis nas comunidades, mas melhoram substancialmente nos assentamentos. Por fim, observa-se que a evolução observada nos assentamentos leva a uma convergência com as condições encontradas nas comunidades, mostrando que a reforma agrária tem potencial para elevar rapidamente os níveis de vida, mas apresenta limites relacionados às condições de vida observados nas comunidades de baixa renda já estabilizadas.

Palavras-chave: Pobreza rural. Reforma agrária. Políticas de combate à pobreza rural.

Classificação JEL: Q15

Abstract: With the intention to analyze changes in the conditions of life of settlers

* Engenheiro Agrônomo, UFRPE, alexagronomo@hotmail.com.

** Engenheiro Agrônomo, UFRPE, alcanti@ig.com.br.

*** Sociólogo, Mestrado em Administração, Fundação Universidade Estadual de Alagoas, lenivaldo@bol.com.br, lenivaldo@funesa.al.gov.br.

**** Economista Rural, Dr. (UFRPE), talesv@ufrpe.br, talmar@elogica.com.br.

***** Economista Rural, Phd (UFPE), ysampaio@elogica.com.br.

Alex Carlos Silva Pimentel et al.

of the agrarian reform of the National Institute of Colonização and the Agrarian Reformation - INCRA and of small producers of communities tied with the Project of Combat with the Agricultural Poverty - PCPR, the present work analyzes collected data in 2000 and 2004, and in nestings, and 1999 and 2004, in communities, proceeding themselves a time-line analysis for each group as comparisons from the evolution between these groups. Small alteration in the communities is evidenced, with a relative stability in the period, however with fall in the real income. In the nestings substantial improvement in the housing conditions occurred, and a rapid improvement in education and health conditions but with little alteration in income. The indexes of life level and economic and social development remain steady in the communities, but they improve substantially in the nestings. Finally, it is observed that the evolution observed in the nestings leads to a convergence with the conditions found in the communities, showing that the agrarian reform has potential to raise the life levels quickly, but presents limits related to the conditions of life observed in the low income communities already stabilized.

Keywords: Agricultural poverty. Agrarian reform. Government policies to fight rural poverty.

JEL Code: Q15

1 INTRODUÇÃO

O combate à pobreza na Zona da Mata de Pernambuco vem sendo objeto de diversas intervenções dos governos estadual e federal através da implantação de programas com a cooperação financeira de agências internacionais como Banco Mundial – BIRD e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Nessa mesorregião, as ações de movimentos sociais organizados (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra - MST, Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco – FETAPE, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL, e outros) na ocupação de terra de engenhos improdutivos têm resultado no avanço do processo de reforma agrária mediado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Teoricamente estes programas e projetos devem reduzir as condições de pobreza dos beneficiários. O programa de reforma agrária atende a agricultores que passam a ter terra (parcelas) e

créditos para instalação e fomento, habitação, infra-estrutura básica e produtiva. Nas comunidades com a questão fundiária estabilizada, os pequenos agricultores com terra são assistidos com projetos produtivos e de infra-estrutura. Estas ações atingem grupos de produtores com estágios diferenciados de pobreza (os ex – sem terra e os que já tinham terra), cuja identificação é de fundamental importância para melhor definir as ações do setor público. O objetivo da pesquisa foi verificar como este diferencial de pobreza se reflete nas condições de vida dos dois grupos de pequenos agricultores (assentados e pequenos produtores de comunidades estabilizadas) na Zona da Mata de Pernambuco. Essas condições de vida foram identificadas, tomando como base 60 famílias de parceiros do INCRA (em 6 assentamentos) e 74 famílias de pequenos produtores (em 21 comunidades rurais). A Zona da Mata de Pernambuco tem 26 dos 43 municípios com índices de desenvolvimento humano (IDH) entre os piores do Estado. A renda de 62,80% das famílias pobres da área está abaixo de um salário mínimo. A mortalidade infantil é bastante alta e também a incidência de doenças (Cavalcanti, 2002). Indicadores sociais de condições de vida medidos pela escolaridade, habitação e saúde refletem sempre a carência da população desta área (Lima, 2002). Esta situação vem se agravando com o fechamento das usinas de açúcar com dívidas financeiras, fiscais e trabalhistas. Os movimentos sociais têm apoiado remanescentes trabalhadores da cana-de-açúcar, que perderam seus empregos, a ocuparem muitas dessas áreas, dando origem a diversos assentamentos. A falência do parque sucroalcooleiro tem se refletido na desestruturação das economias dos municípios da mesorregião, o que tem levado o Governo do Estado a adotar políticas compensatórias no atendimento de comunidades rurais, através de programas de apoio aos pequenos agricultores, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA e do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR, entre outros. O PCPR visava combater a pobreza rural através do apoio a ações definidas como prioritárias pela comunidade. Como exigência primeira, a comunidade

deve estabelecer uma associação, a qual decida sobre as ações solicitadas e articule a participação da comunidade junto à coordenação desse projeto, ligado ao Governo do Estado. As ações do PCPR são distribuídas em três grupos: de infra-estrutura física, incluindo barragens, estradas, pontes; de infra-estrutura social, centradas em habitação e saneamento; e ações produtivas, visando a instalação de irrigação, de unidades de processamento (da mandioca, por exemplo), ou a melhoria de uma atividade específica. A mensuração do estado de pobreza, antes concentrada na renda e agora numa visão mais ampla via adoção de índices, permite um melhor monitoramento da evolução das condições de vida de agricultores na mesorregião, inclusive verificando os seus diferentes níveis. A metodologia deste trabalho para verificar essas diferenças de pobreza é a do cálculo dos Índices de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES) e do Nível de Vida (INV) dos dois grupos de agricultores para comparar os resultados.

Poucos trabalhos têm analisado dados sobre condições de vida em assentamentos e comunidades, sendo uma exceção o trabalho de Romeiro, Guanzirolli e Leite (1994). Em período mais recente, o Programa Cédula da Terra e seus impactos sobre os beneficiários foram estudados (Souza Filho et al., 2001). Mas há carência de trabalhos que analisem as mudanças das condições de vida ao longo do tempo.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, são analisadas as comunidades, comparando-se a situação observada em 1999 e 2004. Na segunda, é procedida análise comparativa dos assentamentos em 2000 e 2004. Na terceira, são analisadas as condições iniciais das comunidades e dos assentamentos e suas trajetórias de mudança.

2 EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA EM COMUNIDADES RURAIS DE BAIXA RENDA, 1999 – 2004

Foram pesquisadas 21 comunidades distribuídas em 7 municípios. Essas comunidades foram selecionadas entre aquelas do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR, originalmente pesquisadas, em 1999, para o perfil de entrada, logo após o início do PCPR, quando as ações ainda não estavam sendo desenvolvidas (Gov. de Pernambuco/IICA, 1999). Nessas 21 comunidades, foram selecionadas aleatoriamente 74 famílias. Dispõe-se de informações originais coletadas, em 1999, e dos novos questionários aplicados em 2004. Com essas informações, foi possível cotejar as mudanças ocorridas na estrutura populacional, que se acredita tenha se mantido sem maiores alterações dado o tempo de menos de cinco anos; na ocupação e na renda, que podem refletir uma maior inserção na economia; na educação, que se espera reflita, apesar do pouco tempo, uma maior consciência grupal sobre a importância do capital humano; nas características do domicílio, as quais refletem já os investimentos feitos como consequência de melhoria de renda ou acesso a recursos externos; no acesso a serviços, primordialmente a água e energia elétrica, os quais decorrem tanto da iniciativa individual como da disposição do governo em atender parcelas da população de renda mais baixa; na posse de bens duráveis, um indicador de riqueza acumulada; no associativismo, para o qual a exigência da constituição de uma associação, como pré-condição para acesso ao PCPR, é um ponto de partida; e finalmente nas mudanças de índices de nível de vida que integram, de modo mais amplo, transformações ocorridas na renda, na educação, na saúde, na condição de vida de um modo geral.

a) População

Em 1999, as famílias do grupo analisado se compunham de 403 pessoas e, em 2004, de 360, notando-se uma grande diminuição no tamanho médio da família que passou de 5,45 membros para 4,86. Dado o pequeno período decorrido, alterações desse porte não devem ser explicadas seja pelo processo de amostragem ou por mudanças na estrutura populacional. A migração deve ser a grande responsável pela diminuição observada. Este quadro, no entanto, não se retrata em maiores alterações na distribuição da população por faixa etária, tendo ocorrido pequenas mudanças para todas as faixas. De modo geral, as alterações se compensam tanto na faixa mais produtiva como na faixa de idosos. Surge, com destaque, apenas, a redução no número de crianças menores de 14 anos, passando de 149 para 117 crianças, possivelmente devido à redução de natalidade.

A distribuição da população por gênero também apresenta ligeira inversão, não expressiva: em 1999 predominava pessoas de gênero masculino e, em 2004, as do gênero feminino.

Tabela 1. Comunidade - População Total por Gênero.

Sexo	1999		2004	
Masculino	199	49,38	182	51,10
Feminino	204	50,62	178	48,90
Total	403	100,00	360	100,00

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

b) Ocupação e renda

Do total de pessoas, 24% tem ocupação remunerada, em 1999, e 36%, em 2004 (tabela 2). Esta é uma mudança expressiva, mas não há dados sobre o tipo de ocupação que possam esclarecer quanto às mudanças ocorridas.

Tabela 2. Comunidade - Distribuição da Renda

Ocupação e Renda %	1999	2004
Pessoa ocupada c/ remuneração	24,07	35,56
Pessoa ocupada s/ remuneração	40,45	20,28
Recebe aposentadoria	8,19	-
Não tem ocupação	-	43,33
Não informou	2,73	-
Trabalho infantil s/ remuneração	24,57	0,83

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

Quanto aos ocupados na agricultura (tabela 3), ocorre grande diminuição entre 1999 e 2004. Acredita-se que isto decorre do trabalho dos menores, antes declarado livremente essa ajuda nas atividades de campo, e, em 2004, fruto da campanha de erradicação do trabalho infantil, não é mais declarada. As crianças beneficiadas pelo programa bolsa escola, por exemplo, seriam declaradas como não tendo qualquer trabalho, por medo da perda da bolsa ou do enquadramento em alguma violação da legislação relativa ao trabalho infantil. Em decorrência, aumenta muito o percentual de pessoas com trabalho remunerado na agricultura, de 40% para 76%, mas, de fato, o número de pessoas com atividade remunerada cai de 76 para 68.

Tabela 3. Comunidade - Pessoas Ocupadas na Agricultura

	1999		2004	
	Freq.	%	Freq.	%
Pessoa ocupada com remuneração	76	40,21	69	75,82
Pessoa ocupada sem remuneração	113	59,79	22	24,18
Total	189	100,00	91	100,00

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

Em relação à renda, quando tomada em valor real (R\$ de junho de 2004), nota-se queda de 22%, um dado preocupante. Esta queda ocorre igualmente para a renda mínima e para a renda máxima. Caso o

indicador de inflação utilizado (IPC do Recife) reflita a inflação para essas comunidades, os mesmos apresentariam situação bem mais precária em 2004. O salário mínimo, em reais de junho de 2004, sobe de R\$ 224,13 para R\$ 260,00. O salário para o Brasil, no entanto, apresenta queda de 12%, entre 1999 e 2003. De qualquer forma, a queda da renda média nestas comunidades é maior.

Tabela 4. Comunidade - Renda Média, Mínima e Máxima (em R\$ de junho de 2004)

Família	1999	2004
Renda Média	569,10	437,77
Renda Mínima	86,22	20,00
Renda Máxima	2.220,50	1.137,00

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

c) Educação

A taxa de analfabetos, considerando as pessoas em idade escolar, passou de 19,10%, em 1999, para 21,83%, em 2004. A taxa de escolaridade básica passou de 29,55% para 43,67%. Baseado nos dados levantados, houve aumento na taxa de analfabetismo e aumento do número de pessoas com o fundamental completo e médio incompleto, tendo a taxa de escolaridade básica saltado de 30% para 44%. Houve redução no número de pessoas que só assinam o nome, de forma significativa, passando de 16,38% para 0,28%. Este fato deve estar ligado à disponibilidade de veículos transportando as pessoas da zona rural para as escolas disponíveis na zona urbana. Também destacam-se os projetos de Educação de Jovens e Adultos na Zona Rural.

Por outro lado, pode ter havido enquadramento de pessoas que antes só assinavam o nome para o grupo de analfabetos. Mas consideradas as variações totais, pode-se concluir que houve alguma melhora em indicadores educacionais, apesar do aumento da taxa de analfabetos, acima de seis anos, embora, em valores absolutos, essa

Evolução das condições de vida de assentados e pequenos agricultores...
elevação seja pouco significativa.

d) Características do domicílio

As características do domicílio refletem, em boa parte, investimentos feitos pelas famílias. Em acordo com a teoria do ciclo de vida, as pessoas investem progressivamente na melhoria das condições de domicílios ou melhoram o domicílio na medida em que se tornam mais velhas e aumentam a renda obtida. É usual, igualmente, observar as melhorias que são feitas nos domicílios em áreas de favela, ao lado da melhoria da infra-estrutura, decorrente de maior investimento pelo Estado.

Houve significativo aumento no que diz respeito à área média construída, da ordem de 32,0%. Também aumentou, de modo significativo, o percentual de domicílios cujas paredes são construídas em alvenaria, não sendo mais constatadas outros revestimentos mais precários (tabela 23). Tanto em 1999 quanto em 2004 foi significativo o número de domicílios com piso construído em cimento ou cerâmica. Em consequência não houve maior alteração em relação a este item.

Foi significativo o aumento de domicílios que dispõe de fossa séptica, ao mesmo tempo em que foi reduzido o número de domicílios com fossa rudimentar. Esta é mudança das mais importantes, pois tem reflexos nas condições de saúde dos moradores.

As melhorias observadas tanto em área construída e na confecção das paredes como na qualidade das instalações sanitárias são de grande importância, pois confirmam a teoria do ciclo da vida e mostram, de forma inequívoca, um maior investimento e uma melhoria das condições de vida. São surpreendentes, por outro lado, quando se contrasta com a queda da renda média. Como população que teve queda de renda pode investir na melhoria de habitação? Há várias possíveis explicações, mas nenhuma certeza. A consciência das famílias pode levá-las a investir mais, em detrimento do consumo corrente. Quando se trata de famílias com renda bastante baixa, esta não é uma explicação muito convincente. Pode o investimento ter sido

feito com apoio do governo. Mas poucas foram as comunidades beneficiárias de projetos de habitação, construção de casas ou melhoria sanitária. Mas como ocorreram projetos nesta área, esta é uma explicação bem plausível, mas talvez não integral. Seria o governo, em parte, o responsável, em última análise, pelas alterações observadas. Por fim, é possível que os materiais de construção tenham tido aumento bem inferior à inflação, tornando atrativos estes gastos, do ponto de vista da teoria do consumidor, em relação a outros bens.

e) Acesso a serviços – Água e Energia Elétrica

Aumenta, de modo significativo, o número de domicílios com canalização interna de água, mas ressalta-se que é grande o número destes sem tal instalação (tabela 24). Houve, ainda, um grande aumento na utilização de água clorada, havendo redução no de água coada. Houve um pequeno aumento de domicílios que não dão nenhum tipo de tratamento à água consumida. Tem sido estimulada a cloração d'água em nível domiciliar, mas esta prática ainda é pouco expressiva. No caso, as alterações constatadas devem decorrer muito mais da expansão do abastecimento público com instalação de poços e pequenos serviços de distribuição.

Foi pequeno, mas houve um aumento de domicílios que dispõem de energia elétrica (de 81% para 85%). Vale dizer que Pernambuco é um dos Estados mais eletrificados do Nordeste, com elevado percentual de domicílios já atendidos. Este é um instrumento que depende fundamentalmente do Estado, responsável pela extensão das linhas.

f) Bens Duráveis

A propriedade de bens duráveis é um dos melhores indicadores de riqueza. De modo geral, espera-se que, ao longo dos anos, e principalmente quando ocorre aumento de renda, ocorra aumento nos bens duráveis possuídos. Por outro lado, foi constatada diminuição de renda real, o que enseja pouca variação na propriedade de bens

duráveis. Mas houve um pequeno aumento no número de domicílios com antena parabólica, moto e bicicleta. Estes são dois itens que tiveram seu preço de mercado reduzido quando passaram a ser largamente consumido pela população de modo geral. Houve um pequeno aumento no número de televisão, mas estas ainda são em número bem superior ao de antenas parabólicas. Como a qualidade de imagem é bem inferior, sem a antena, em área rural, seria de esperar um aumento ainda maior na posse de antenas, caso a renda permitisse.

Quanto a bicicleta e moto, são o transporte predominante nas áreas rurais, nas quais o transporte público ainda é precário. Ressalta-se que apesar do incremento do número de motos, estas ainda são bem raras nestas comunidades, dado o preço mais elevado.

Foi muito expressivo o número de motores encontrados em 2004, podendo estar relacionado com o aumento da eletrificação rural e da irrigação, uma vez que havia projetos de eletrificação em Comunidades de Amaraji, Goiana e Macaparana, e da melhoria do acesso à água em Amaraji, Macaparana e Rio Formoso.

g) Associativismo

As comunidades beneficiadas pelo PCPR precisaram, como pré-condição para a candidatura, quando já não dispunham, criar associação. A idéia básica, por trás do PCPR, prende-se tanto à importância do capital social intangível como à necessidade de uma discussão coletiva que aponte as necessidades sentidas pela comunidade e a proposta de intervenção. A participação nas associações pode ser, no entanto, passiva ou ativa, isto é, a sua filiação, para atender a requisitos legais, como as exigências do PCPR, ou a efetiva participação discutindo, propondo, decidindo e assumindo responsabilidades.

Nos dados de 1999, esta participação não foi aprofundada, mas identifica-se expressiva queda na participação em associações comunitárias (tabela 5). Em 1999, cerca de 27% das pessoas se consideravam como participantes de forma regular na associação,

tendo este índice caído para cerca de 11,0%. Em contraste, aumenta muito os que declaram uma pequena participação. Mesmo somando, para 1999, “pequena” com “não participação”, tem um aumento, indicando que o espírito associativo, que se acredita tão importante para a cidadania, ainda não foi incorporado. Ou seja, se a filiação foi tornada quase obrigatória, nestas comunidades, a participação reflete o acanhado espírito associativo. Em relação a 1999, a queda talvez reflita a necessidade legal de participação na vigência da definição e execução das ações do PCPR; passada esta necessidade, a associação perde muito da sua finalidade, não se aproveitando o capital social criado, que se exaure e deprecia rapidamente.

Grande parte considera importante a participação na associação. Esta é uma tomada de consciência importante, mostrando que a comunidade sabe da importância da associação por ouvir dizer, e daí afirmar tal quando perguntado, mas não sente esta importância no seu dia a dia. Há necessidade de processo educativo e principalmente da conferência de poder real a associação como condição para uma efetiva participação.

Tabela 5. Comunidade - Associativismo e Participação, 1999-2004

Participação em Associações Comunitárias	1999	2004
Sim	48,65	28,38
Não	51,35	71,62
Frequência de Participação nas Associações		
Nunca falta	9,46	8,11
Regular	27,03	10,81
Pequena	10,81	81,08
Não opinou	2,70	-
Considera Importante a sua Participação		
Sim	40,54	66,22
Não	4,05	33,78
Não opinou	4,05	-
Não participa da associação	51,35	-

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

h) Comportamento do INV e IDES na Comunidade

Analisando primeiro os componentes, lembrando que I diz respeito ao indicador de carência, há ligeira piora no indicador referente à renda, devido a queda da renda média (tabela 27). Em relação à educação, constata-se ligeira piora em relação à taxa de analfabetismo, mas substancial melhora quando se toma a taxa de escolarização. Há ligeira melhoria no que se refere à saúde. O acesso à informação, aqui representado por rádio e TV, não se altera, entre 1999 e 2004. Por fim, há substancial melhora das condições da habitação.

Calculando o IDES, nota-se ligeira piora, uma vez que piora o indicador de renda, embora melhore o referente à educação. Para o INV, há ligeira melhora, uma vez que há melhora na educação e nas condições da habitação e piora na renda. Mas, alterações, tanto no

INV como no IDES são mínimas, entre 1999 e 2004, e indicam que o nível de vida é bastante precário, em média, nestas comunidades.

3 EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA EM ASSENTAMENTO 2000-2004

A Zona da Mata de Pernambuco, historicamente, tem sua economia centrada na atividade agroindustrial da cana-de-açúcar. Apesar da geografia acidentada, com declividades não compatíveis com o uso dessa cultura, a atividade perdura reunindo alguns fatores positivos (expressiva contribuição no PIB do estado, mais de 240 mil empregos no campo em época de colheita e 90 mil empregos permanentes) e outros negativos (altos índices de endemias, desemprego sazonal e agressões ambientais).

Nas últimas décadas, alguns esforços foram empreendidos no sentido de reorganizar as atividades produtivas nas áreas rurais dessa região. A reestruturação fundiária apresenta-se no discurso dos reformadores como condição imprescindível na busca de melhores condições de vida para uma população que possui 43% de seus membros vivendo abaixo da linha de pobreza (CONDEPE, 2001). Paralelamente os movimentos sociais vêm aumentando suas ações de ocupação e reivindicações outras no sentido de acelerar o processo de reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco. Assim, essa mesoregião possui hoje 102 assentamentos, totalizando uma área de 58.445,82 ha, com 5.688 famílias assentadas (INCRA-SR 03, 2004).

No presente estudo, são analisados seis assentamentos localizados em três municípios da Mesorregião da Mata. Os seis assentamentos totalizam 398 famílias assentadas. Dessas, seguindo a metodologia utilizada no estudo de 2000, foram selecionadas 60 (sessenta) para verificar suas condições sócio-econômicas. Aspectos como estrutura familiar, saúde, educação, alimentação e processos produtivos foram analisados com o intuito de mensurar a situação

atual e poder compará-la com a situação anteriormente mensurada em 2000, quando do levantamento “diagnóstico sócio-econômico para elaboração dos planos de desenvolvimento se assentamento”, realizado pelo mesmo grupo de pesquisadores.

Na análise, procede-se a comparação da situação observada em 2004 em relação a 2000. No Programa de Reforma Agrária, quando de instalação do assentamento, está prevista a disponibilização de recursos para construção de casas, já que, de modo geral, as famílias não residiam no imóvel (mesmo quando residentes no mesmo município e ou municípios vizinhos acima categorizados), recursos para investimento, em função do plano de atividades estabelecido, crédito de custeio para operação do lote e cestas básicas para manutenção, até ser dada autonomia ao assentamento. Em consequência, espera-se que a infra-estrutura e as condições do domicílio apresentem substancial melhora no período em análise. O acesso a serviços, em princípio, também deve ser melhorado, visto a busca de conjugação de esforços para atendimento aos assentados. Por fim, a elevação da renda, oriunda da produção, deve impactar os índices de vida e assemelhados (índice de desenvolvimento humano, índice de desenvolvimento econômico e social, etc).

a) População

A posse da terra representa, para algumas famílias, o espaço onde se pode construir uma nova casa para o filho ou filha que casa. Dessa forma, é comum que a população das áreas de assentamentos aumente. Em alguns casos, quando esses assentamentos são próximos aos centros urbanos, é comum que outros parentes ocupem espaços da parcela para fixar residência.

No grupo de população estudada, no espaço temporal de quatro anos (2000-2004), percebe-se aumento de 14% dessa população, sobretudo nos grupos etários que representam adolescentes (8 a 14 / 15 a 21) e adultos (22 a 45). A população de recém-nascidos e crianças de “0” a “7” anos diminui tanto em termos absolutos como

em frequência, fato esse que pode estar associado às políticas de saúde da mulher e controle de natalidade, através de métodos anticoncepcionais divulgados pelo programa saúde da família, que começa a atingir as áreas rurais dos municípios.

Percebe-se na tabela 6, no tocante à distribuição da população por gênero, que a estrutura da população se mantém, com os homens representando a maioria. Entretanto, nota-se um acréscimo de mulheres na ordem de 5% em relação a essa população, tendendo para um maior equilíbrio. Acredita-se que a passagem da situação de acampado para assentado permita regularização da situação familiar.

Tabela 6. Assentamento - Composição familiar, 2000-2004

Faixa etária	2000		2004	
	Freq.	%	Freq.	%
Não informou idade	-	-	1	0,32
de 0 a 7 anos	56	20,74	49	15,91
de 8 a 14 anos	41	15,19	54	17,53
de 15 a 21 anos	43	15,93	49	15,91
de 22 a 45 anos	88	32,59	102	33,12
de 46 a 60 anos	30	11,11	32	10,39
Mais de 60 anos	12	4,44	21	6,82
Sexo				
Masculino	153	56,67	160	51,95
Feminino	117	43,33	148	48,05

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

b) Ocupação, Uso da Terra e Renda

A atividade profissional dos assentados e seus familiares está estritamente ligada ao setor primário. Atividades agrícolas e pecuárias são exercidas pela maioria da mão-de-obra disponível nos assentamentos. Apesar da estrutura etária da população apresentar, nesse segundo momento (2004), um grupo maior de pessoas em idade

considerada apta ao trabalho (15 a 60 anos), quando confrontados o número de pessoas ocupadas nos anos de 2000 e 2004, percebe-se uma queda de população ocupada, em relação a 2000, de 10,6%. Esse fator, possivelmente, é explicado, em parte, em razão da preponderância no crescimento de pessoas do sexo feminino nessa população.

Tabela 7. Assentamentos – Situação quanto ao trabalho

Trabalha?	2000		2004	
	Freq.	%	Freq.	%
Sim	151	55,92	138	44,81
Não	119	44,08	170	55,19
Total	270	100	308	100

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

A terra do assentamento é utilizada na agropecuária (tabela 8). O número de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas não tem expressão em nenhum dos momentos (tabela 9). A tabela aponta para uma mudança das atividades pecuárias em favor das agrícolas e para um considerável aumento na renda que tem origem na produção agropecuária (tabela 10).

Tabela 8. Forma de utilização da terra

Como utiliza a terra?	2000 (%)	2004 (%)
Agricultura	46,67	56,67
Agricultura e pecuária	51,67	36,67
Outros*	1,67	1,67

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

*Não trabalha a terra no momento.

Tabela 9. Assentamento – atividades desenvolvidas

Atividade	2000		2004	
	Freq.	%	Freq.	%
Atividade agrícola	103	68,21	121	87,68
Atividade não-agrícola	3	1,99	4	2,90
Atividade agro-industrial	-	-	1	0,72
Atividade agropecuária	38	25,17	10	7,25
Outra	6	3,97	2	1,45
Atividade agrícola e outra	1	0,66	-	-
Total	151	100	138	100

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

Tabela 10. Assentamento – Origem da renda

Origem da renda	2000		2004	
	Freq.	%	Freq.	%
Da produção agropecuária	76	50,33	118	74,68
Da produção agropecuária e/ou fora do trabalho	3	1,99	6	3,80
Renda incluída na família**	37	24,50	6	3,80
Outra	35	23,18	7	4,43
Não informou	-	-	1	0,63
Fora do trabalho	-	-	20*	12,66
Total	151	100	158	100

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

Notas: *20 pessoas apesar de não trabalhar possuem renda; ** Pessoas sem remuneração pessoal, mas com trabalho contribuindo para a renda familiar.

Tabela 11. Assentamento – Renda mensal* em R\$

Ano	2000	2004
Valor	324,29	318,37

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

Nota: *Renda média de todas atividades (base junho de 2004).

A renda média, em Reais de junho de 2004, permanece basicamente a mesma. Ou seja, mesmo dedicando-se à produção agrícola no lote e tendo agora pleno domínio de como e do que produzir, não se observa aumento de renda média. Nota-se, porém, que, no mesmo período, o valor do salário mínimo no país e o salário mínimo na cana não apresentam queda semelhante. O salário mínimo, em reais de junho de 2004, sobe de R\$ 224,16 para R\$ 260,00. O salário para o Brasil, no entanto, apresenta queda de 12% entre 1999 e 2003.

c) Educação

O acesso à educação formal em áreas rurais sempre foi difícil, especialmente em áreas recém estruturadas como assentamentos de reforma agrária. Considerando-se que essa população, em sua maioria, vem de um processo de ocupação e fica instalada nas áreas de acampamentos, onde, em alguns casos, duram anos, deve-se considerar também a privação da oferta de serviços educacionais a essa população. Após estruturação dos assentamentos, alguns programas e ações são implementados, objetivando compensar as dificuldades existentes (PRONERA, bolsa escola, educação de jovens e adultos e outros), especialmente no que diz respeito à defasagem série versus idade.

No tocante ao número de pessoas que estudam, ou seja, estão efetivamente freqüentando a escola em qualquer nível ou programa, não existe maior alteração quando comparados os dados de 2000 e 2004. Mas ocorre ligeiro aumento no número de pessoas que apenas *assinam o nome* ou *lêem e escrevem*, mas não têm educação formal. Há queda no percentual dos que possuíam primeiro grau incompleto e aumento nos que possuem primeiro grau completo. De modo geral, os dados mostram melhora nos níveis de educação.

d) Características do Domicílio

A análise do tipo de moradia atual, em relação ao momento

inicialmente estudado, indica uma clara melhoria na estrutura do domicílio. Aspectos como o tipo de material usado para confecção das cobertas, paredes e pisos apontam substancial mudança de qualidade nas casas habitadas pelos assentados.

Em relação à construção das paredes, a taipa e outros materiais mais precários são substituídos pela alvenaria. O piso passa de barro, para a maioria dos domicílios, para cimento ou cerâmica. A cobertura é de telha de barro, não sendo mais encontrado cobertura de plástico, palha ou amianto. No entanto, apesar de alguma melhora, a maioria dos domicílios não tem instalações sanitárias (tabela 23).

É preciso lembrar que esse indicador de melhoria está também associado ao crédito destinado à habitação recebido pelos assentados. Nessas áreas, recursos foram destinados à construção de casas para famílias dos assentados, conforme previsto no programa. Trata-se, portanto, de uma melhoria fomentada por ações específicas do poder público e não de origem espontânea, ou decorrente da melhoria da renda dos assentados.

e) Acesso a serviços – Água, Energia Elétrica, Assistência Técnica e Saúde

O acesso à água para consumo doméstico das famílias de assentados e o tipo de água consumida, não apresenta maiores alterações quando comparados os dois momentos. Identifica-se um tímido crescimento no número de domicílios que dispõem de água em casa (água encanada), na grande maioria das vezes, resultante da ação isolada de chefes de famílias que ligam canos a algum reservatório nas proximidades do domicílio. O pequeno crescimento no número de famílias que cloram a água para beber decorre, provavelmente, das campanhas de conscientização de agentes de saúde. A água é considerada de boa qualidade para 92% e 93% das famílias, nos anos analisados.

A disponibilidade de energia é condição imprescindível para promover o desenvolvimento de áreas rurais, especialmente, das

atividades produtivas. Nas áreas estudadas, a grande maioria dos domicílios (85%) possui energia elétrica, o que representa grande evolução em relação ao momento inicial do estudo, quando apenas 56% tinham acesso a esse serviço. Em alguns casos, a rede elétrica é também usada em atividades produtivas. O Estado de Pernambuco destaca-se por apresentar excelente cobertura de energia elétrica no meio rural.

Tabela 12. Assentamento – Tipo de água para consumo doméstico e sua qualidade

Tipo	2000 (%)	2004 (%)
Clorada	10,00	5,00
Filtrada	1,67	3,33
Fervida	1,67	1,67
Cooda	38,33	31,67
Sem nenhum tratamento	18,33	18,33
Cooda e/ou clorada e/ou fervida	30,01	40,00
Total	100,00	100,00

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

O serviço de assistência técnica para produção agrícola e pecuária vem melhorando nos últimos anos. Essa assistência é prestada por empresas que têm contratos temporários com o INCRA, o que algumas vezes ocasiona descontinuidade nesse serviço e prejuízos ao assentado (tabela 13). Apesar da assistência atingir um quarto dos agricultores assentados, ouviram-se muitas queixas da forma como ela é prestada, ou seja, melhorou o acesso, mas há muitas críticas ao tipo de assistência.

Tabela 13. Assentamento - Disponibilidade de Água, Energia Elétrica e Assistência Técnica

Dispõe de energia elétrica no domicílio	2000 (%)	2004 (%)
Sim	56,67	85,00
Não	41,67	15,00
Não respondeu	1,66	-
Dispõe de água na casa		
Sim	11,67	16,67
Não	86,67	83,33
Não respondeu	1,66	-
Recebe Assistência Técnica		
Sim	10,00	25,00
Não	85,00	66,67
Não respondeu	5,00	8,33

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

O acesso a serviços de saúde nos assentamentos analisados apresenta melhorias significativas, que podem ser associadas a itens como: o aumento significativo de pessoas que recebem assistência à saúde (tabela 14); a queda do número de pessoas acometidas de desnutrição (caindo de 14,81% para 4,22%) e; a diminuição ou desaparecimento de doenças que se originam das condições sanitárias e uso da água.

Tabela 14. Assentamento – Assistência de saúde

Resposta	2000 (%)	2004 (%)
Sim	38,89	80,8
Não	57,78	19,2
Não respondeu	3,33	-

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

A assistência à saúde dessa população é prestada, principalmente, por agentes municipais do programa saúde da família, em posto médico no assentamento e no município (tabela 16).

Tabela 15. Assentamento – Presença de desnutrição na família

Resposta	2000 (%)	2004 (%)
Sim	14,81	4,22
Não	78,89	95,13
Não respondeu	6,30	0,65

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

Tabela 16. Assentamento – Responsabilidade pela assistência médica

Resposta	2000 (%)	2004 (%)
Agente Comunitário de Saúde	22,59	75,65
Posto de atendimento no assentamento	2,22	2,60
Posto de atendimento da cidade mais próxima	0,37	2,60
Posto de atendimento do município	10,00	-
Outro	3,70	-
Não respondeu	3,33	-
Não recebe	57,78	19,16

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

e) Associativismo

O associativismo formal é condição exigida pelo poder público para implementação de um projeto de assentamento de reforma agrária. Entretanto, o existir no papel e legalmente não assegura participação efetiva. Nesses assentamentos, no primeiro momento observado (2000), a frequência às reuniões da associação do assentamento é menor que em 2004. A vivência, as necessidades em comum e a busca por ações do poder público podem estar

contribuindo para esse crescimento na frequência às reuniões.

A participação em organizações é maciçamente direcionada à associação do assentamento, seguida de grupos religiosos, especialmente as religiões evangélicas. Mas nota-se queda percentual da participação na associação do assentamento e substancial incremento da participação nas associações religiosas.

Tabela 17. Assentamento - Participação em organizações sociais

Resposta	2000		2004	
	Freq.	%	Freq.	%
Sim	111	41,11	145	47,08
Não	111	41,11	140	45,45
Não respondeu	-	-	2	0,65
Não se aplica	48	17,78	21	6,82
Total	270	100,00	308	100,00

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

Tabela 18. Assentamento – Tipo de organização social que participa

Organização	2000		2004	
	Freq.	%	Freq.	%
Movimento Social Organizado (MST,MT,FETAPE,Outros, etc)	7	6,31	5	3,45
Sindicato	-	-	1	0,69
Associação do assentamento	91	81,98	101	69,65
Grupo de mulheres	-	-	1	0,69
Grupo de Jovens	6	5,40	2	1,38
Grupo Religioso	7	6,31	35	24,14
Total	111	100,00	145	100,00

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

f) Acesso à Informação

A informação chega às famílias principalmente através do rádio e da televisão. Nesse aspecto, a expansão da rede de energia

elétrica contribui para o crescimento do número desses aparelhos receptores. Nota-se queda na participação do rádio, mas aumento na televisão. Embora pouco expressivo, constata-se também queda na participação da Associação como meio de informação do assentado.

É preciso considerar também que os serviços de telefonia celular, com cobertura na área dos assentamentos, dada à proximidade com os centros municipais, são também instrumento de divulgação de informações novas e de articulação dos assentados com o mundo extra assentamento; algumas famílias já possuem telefones celulares.

Tabela 19. Assentamento – Principais meios de informação no assentamento

Meios	2000		2004	
	Freq.	%	Freq.	%
Rádio	44	73,34	40	66,67
Televisão	3	5,00	9	15,00
Associação	9	15,00	7	11,67
Outros	4	6,66	4	6,66

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

g) Comportamento do IDES e INV no Assentamento

Analisando os indicadores que compõem o IDES e o INV e lembrando que o I indica indicador de carência, nota-se ligeira piora no indicador de renda.

Em contraste, melhoram substancialmente os referentes à educação com a queda na taxa de analfabetismo e com a elevação da taxa de escolaridade (Tabela 27). O indicador de saúde melhora devido ao aumento dos domicílios com esgotamento sanitário. Quanto à informação, há substancial melhoria no acesso ao rádio e à TV. Por fim, o indicador das condições de habitação apresenta grande melhora.

Expressos estes indicadores nos índices, há razoável elevação do IDES, decorrente tanto das melhorias na educação e na saúde, como da substancial elevação do INV, para o que, além da educação e

da saúde, pesa as substanciais melhoras constatadas nas condições de habitação.

4 COMUNIDADES E ASSENTAMENTOS – EVOLUÇÃO COMPARADA

A comparação entre comunidades e assentamentos permite destacar tanto as diferenças que podem existir entre os mesmos como as distintas trajetórias ocorridas no período em análise. Recorde-se que as comunidades são grupamentos de famílias de baixa renda parcialmente estabilizadas – tanto há comunidades mais antigas como outras mais recentes. Os assentamentos, em contraste, são agrupamentos bem recentes, a grande maioria oriunda de acampamentos com precária condição de vida.

As trajetórias, igualmente, por partir de condições e perspectivas distintas e estarem recebendo influências diversas – apoio limitado a projetos do PCPR e outros, no caso das comunidades, e apoio mais amplo, inclusive com recursos para construção de casas e cestas básicas para manutenção, no caso dos assentamentos, podem apresentar-se distintas.

a) População e Gênero

No período inicial, as comunidades apresentam equilíbrio em relação à distribuição por gênero. Nos assentamentos, há predomínio da população masculina, resultado previsível uma vez que a vinda dos acampamentos é recente.

As alterações populacionais ocorridas nos dois grupos estudados se dão em direções contrárias. Para o grupo de assentados, existe crescimento de 14% e, para as comunidades, diminuição de 9,5% de sua população. As alterações podem ser explicadas pelo fato dos assentamentos serem áreas de colonização, nas quais é natural ocorrer crescimento populacional nos primeiros anos de implantação.

Já para as comunidades, áreas já consolidadas, tem-se observado migração rural-urbana contínua. Em 2004, a distribuição por gênero aproxima-se. As alterações nos grupos etários nas populações são semelhantes para os dois grupos: diminuição do número de crianças nos primeiros anos de vida (0 a 7) e aumento no número de adolescentes.

A distribuição da população por gênero tende a se manter estável, com pequenas alterações: leve declínio na população feminina e aumento da masculina nas comunidades já estabilizadas, enquanto que, nos assentamentos, há aumento da feminina e queda da participação masculina, resultado também explicável pelo crescimento que ocorre nesses últimos.

Tabela 20. Comunidade e Assentamento - População por gênero

	Comunidades				Assentamentos			
	1999		2004		2000		2004	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Masculino	199	49,38	186	51,67	153	56,67	160	51,95
Feminino	204	50,62	178	49,44	117	43,33	148	48,05
Total	403	100,00	360	100,00	270	100,00	308	100,00

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

b) Ocupação e Renda

Tratando-se do número de pessoas ocupadas, existe redução absoluta em ambos os casos. Nas comunidades, essa redução é mais expressiva que nos assentamentos, apesar de, nesses últimos, ter ocorrido aumento percentual de pessoas ocupadas na atividade agrícola. Foram retiradas 99 crianças, declaradas em 1999, nas comunidades, como trabalhando sem remuneração, mas, acredita-se que estas não foram declaradas em 2004, em face de programas como Programa de Erradicação de Trabalho Infantil – PETI ou devido a programas como Bolsa Escola; feita essa retirada, a redução foi semelhante. Mas tanto no período inicial como em 2004, o percentual

de pessoas ocupadas é maior nas comunidades.

Nas comunidades, há menor participação das pessoas com remuneração entre as que trabalham em relação aos assentamentos. Esta participação aumenta para os dois grupos. Nos assentamentos, quase todos os que trabalham obtêm remuneração. O contrário ocorre nas comunidades.

No que diz respeito ao tipo de ocupação (exercício de atividade profissional), a atividade agropecuária, especialmente a agrícola, é predominante. No entanto, há queda no número de pessoas com ocupação na agropecuária, bem maior nas comunidades. Nos assentamentos, a agricultura é praticamente a única ocupação. Já nas comunidades, há uma diversidade ocupacional bem maior. Muitas explicações podem ser aventadas, mas não há elementos de comprovação. Nas comunidades mais consolidadas e com maior integração nos municípios, é possível o exercício de outras atividades. Já nos assentamentos, como são mais recentes, pode não haver idêntica oportunidade. Por outro lado, nos assentamentos, há distribuição de cestas básicas, que podem retirar o estímulo para um maior engajamento. Adicionalmente, é estranho que nos assentamentos não exista quase trabalho não remunerado, muito freqüente na agricultura familiar. Comparando o número de pessoas que trabalham com o total de pessoas, nota-se que o número dos que trabalham excede a população masculina nas comunidades, mas é menor que esta nos assentamentos. Como não é possível identificar quem trabalha, a análise por gênero é incompleta, mas fica dúvida quanto a essa informação nos assentamentos. Nos dois grupos, o exercício de atividades não agrícolas é inexpressivo. Nos assentamentos, ao contrário das comunidades, um número maior de pessoas dedica-se a agricultura.

A renda média nos assentamentos, no período inicial de análise, é bem inferior à estimada nas comunidades (55%). Em 2004, aproxima-se, passando a 72,7%. Com relação à renda encontrada nas comunidades de agricultores estabilizados, observa-se perda da ordem

de 25,16%. Na renda dos assentados, observa-se perda de apenas 2,0%, considerada insignificante. Tal fato pode ser explicado pela constante ajuda dada pelo Governo Federal aos assentamentos (créditos a baixo custo e a fundo perdido), ajudando estes a manter sua renda nos mesmos patamares de 2000. Vale ressaltar que, com a melhora nas condições de vida dos assentados, houve um aumento populacional, porém, esse fato não indica aumento na força de trabalho na agropecuária nem influencia na composição de renda. Nas comunidades de agricultores estabilizados, a ajuda por parte dos governos pode se assemelhar ao que diz respeito aos programas assistenciais, porém, o acesso ao crédito é mais dificultado pelo aumento das exigências bancárias (exigência de garantias, entre outras), dada a situação de estabilizados. Observa-se, em relação às comunidades, que seus indicadores de desenvolvimento mostram redução qualitativa, o que explica a redução populacional e a diminuição da força de trabalho no campo.

O salário mínimo, quando comparados os valores reais de 1999 e junho de 2004, tem um aumento real da ordem de 15,99%. Os ganhos da população rural, nas comunidades e assentamentos visitados, não acompanharam os do assalariado formal. Esta é uma constatação preocupante.

Tabela 21. Comunidade e Assentamento – Situação frente ao trabalho

	Comunidades				Assentamentos			
	1999*		2004		2000		2004	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sim	260	64,45	194	53,89	151	55,92	138	44,81
Não	44	10,92	156	43,33	119	44,08	170	55,19
C/ Remuneração	76	29,23	69	35,57	114	75,50	132	95,65
Ocupado na Agropecuária	189	72,69	91	46,91	141	93,38	132	95,65

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

Nota: * Em 1999, o total inclui mais 99 crianças, declaradas como trabalhando, mas sem remuneração; Acredita-se que, em 2004, face os programas PETI, estes tenham sido retirados.

Tabela 22. Comunidade e Assentamento – Renda obtida (R\$ Junho 2004)

	1999	2000	2004
Assentamento	---	324,29	318,37
Comunidades	584,97	---	437,77

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

c) Educação

Nas comunidades de agricultores estabilizados, observa-se um aumento significativo de pessoas com o nível fundamental e médio completos. No que diz respeito aos assentamentos, observa-se que houve redução na taxa de analfabetos e aumento nos níveis fundamental e médio. Esses crescimentos podem ser explicados pelos programas governamentais de educação nas áreas rurais, levando estudantes para escolas próximas do Município ou Estado, e incentivos como o Bolsa Escola. Vale lembrar o Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária – PRONERA – que pode ser um dos motivadores da redução de analfabetos nas áreas de assentamento.

d) Características dos domicílios

Uma melhor habitação é o que sempre se procura quando se melhora de vida. No caso de populações estabilizadas, espera-se ao menos a manutenção do mesmo padrão de construção, enquanto nas populações que estão em processo de formação, espera-se desenvolvimento devido à ajuda governamental. Tanto nas comunidades de agricultores estabilizados quanto nos assentamentos, observa-se aumento quantitativo com relação à área, ao número de cômodos e à altura do pé-direito do domicílio, indicando que em ambos o padrão domiciliar tende a se assemelhar.

Quanto à confecção das paredes, houve aumento no uso de alvenaria em ambos os casos, sendo o aumento maior nos assentamentos, o que pode ser explicado pelo programa de habitação por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nos assentamentos novos. Observa-se que nas comunidades ainda é alto o percentual de casas construídas com taipa, tendo sido encontradas 36,49%, enquanto que nos assentamentos só foram encontradas 6,67% de habitações de taipa. O aumento significativo dos pisos de cimento e cerâmica nas áreas de assentamento, enquanto nas comunidades não houve grandes alterações, é creditado ao programa de habitações do INCRA.

Quanto à existência de instalações sanitárias, observa-se um aumento qualitativo nas comunidades, tendo em vista o aumento do número de fossas sépticas encontradas. Tal fato pode ser atribuído ao PCPR, pelos projetos de melhoria habitacional e construção de casas. Também houve aumento significativo nos Assentamentos, fato explicado pelo programa do INCRA já supracitado.

Tabela 23. Comunidade e Assentamento - Características do domicílio 1999 - 2004

	Comunidade		Assentamento	
	1999	2004	2000	2004
Material de confecção das paredes (%)				
Alvenaria	48,65	63,51	38,33	86,67
Taipa	35,14	36,49	41,67	6,67
Outro	16,22	-	40,00	-
Material de confecção do Piso (%)				
Cimento ou Cerâmica	78,38	79,73	38,33	86,67
Tijolo	2,70	2,70	1,67	1,67
Barro	18,92	17,57	56,67	10,00
Instalação sanitária e tipo (%)				
Rede Geral	2,70	-	-	-
Fossa Séptica	8,11	35,14	13,33	21,67
Fossa Rudimentar	32,43	14,86	-	-
Outra	1,35	-	15,00	25,00
Não tem	55,41	50,00	70,00	53,33

Fonte: Banco de dados do PADR - UFRPE .

e) Acesso a serviços

Em relação a acesso de serviços, aumenta a oferta de serviços que antes eram de difícil acesso por parte dos grupos. Quanto à oferta de canalização interna de água, observa-se um aumento significativo nas comunidades, enquanto nos assentamentos, o aumento foi mínimo (tabela 24). Lembra-se que nas comunidades, mesmo com a perda real na renda, estas ainda têm renda mais elevada que os assentamentos, podendo investir em melhorias, além das ações decorrentes das do PCPR.

Tabela 24. Comunidade e Assentamento - Canalização e Tipo de Água, 1999 – 2004

	Comunidade		Assentamento	
	1999	2004	2000	2004
Canalização Interna de água (%)				
Sim	17,57	39,19	11,67	16,67
Não	82,43	60,81	86,67	83,33
Não respondeu	-	-	1,66	-
Tipo de água consumida				
Fervida	-	-	1,67	1,67
Clorada	20,27	41,89	10,00	5,00
Filtrada	8,11	6,76	1,67	3,33
Coada	36,49	21,62	38,33	31,67
Sem tratamento	22,97	24,32	18,33	18,33
Clorada e/ou Filtrada e/ou coada	12,07	4,05	30,01	30,00

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

Houve aumento expressivo do consumo de água clorada nas comunidades, fato que pode ser atribuído à orientação dada pelos profissionais do Programa Saúde da Família. Tal fato não é observado nos assentamentos, tendo havido queda no consumo de água clorada, porém, houve aumento nos outros tipos de tratamento.

Considerando que Pernambuco é um dos Estados mais eletrificados do Brasil, espera-se que o aumento quanto à disponibilidade de energia elétrica não seja tão gritante. O percentual de domicílios nas comunidades é bastante elevado, mas a mudança foi pequena. Porém nos assentamentos, onde a situação inicial é de praticamente pouca disponibilidade, o aumento foi significativo. Vale ressaltar que houve ações do PCPR quanto à eletrificação, bem como, os governos atuam no processo de eletrificação dos assentamentos, por se tratar de fator decisivo melhoria tanto do nível de vida como

Tabela 25. Comunidade e Assentamento - Disponibilidade de Energia Elétrica, 1999 - 2004

Dispõe de Energia Elétrica	Comunidade		Assentamento	
	1999	2004	2000	2004
Sim	81,08	87,84	56,67	85,00
Não	18,92	12,16	41,67	15,00
Não respondeu	-	-	1,66	-

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

f) Associativismo

A formação de associações é crucial para a adequação às exigências nos projetos do PCPR, bem como nos projetos de reforma agrária, além de ajudar em projetos financeiros junto aos agentes do crédito rural.

Observa-se que ocorre queda na participação em associações, tanto nas comunidades quanto nos assentamentos, sendo esta queda na participação maior nas comunidades e pouco expressiva nos assentamentos. Da mesma forma, observa-se que a frequência de participação é mais expressiva nos assentamentos e de pouquíssima expressão nas comunidades, indicando que a formação de tais entidades nas comunidades deu-se pelo fato de enquadramento no PCPR, enquanto nos assentamentos observa-se a maior permanência de participação nas organizações.

Estranho é a consciência existente, por parte da população das comunidades, da importância das associações, mas que não se reflete na consciência participativa, estando mais condizente no caso dos assentamentos.

Tabela 26. Comunidade e Assentamento - Associativismo e Participação, 1999 – 2004

	Comunidade		Assentamento	
	1999	2004	2000	2004
Participação em Associações Comunitárias				
Sim	48,65	28,38	33,70	32,79
Não	51,35	71,62	66,30	67,21
Frequência de Participação nas Associações				
Nunca falta	9,46	8,11	44,93	47,08
Regular	27,03	10,81	-	-
Pequena	10,81	81,08	8,70	-
Não opinou/Não se aplica	2,7	-	46,38	52,92
Considera Importante a sua Participação				
Sim	40,54	66,22	41,11	47,08
Não	4,05	33,78	41,11	45,45
Não opinou/Não respondeu	4,05	-	-	0,65
Não participa da associação	51,35	-	17,78	6,82

Fonte: Banco de dados do PADR - UFRPE .

g) Análise do IDES e INV de Comunidade x Assentamento

Na análise dos Índices de Desenvolvimento Econômico e Social – IDES e do Nível de Vida – INV, observa-se estabilidade nas comunidades de agricultores familiares, tendo uma leve piora no IDES e uma leve melhora no INV. Os níveis de carência em saúde, educação e habitação diminuíram, sendo mais expressivos no indicador de habitação. A carência com relação à informação permaneceu inalterada. O índice de renda demonstra perda evidente, principalmente se comparado ao salário mínimo do mesmo período.

Nos assentamentos, observa-se melhora em todos os itens observados, exceto em renda média, para a qual houve uma leve perda. A melhora nos indicadores é reflexo dos investimentos que este grupo vem recebendo por parte dos governos, como crédito,

Alex Carlos Silva Pimentel et al.

habitação, eletrificação, entre outros. A pesquisa nos assentamentos ocorreu em período inicial dos mesmos, ou seja, quando a experiência era recente e nasituação de acampados, a miséria é mais evidente. A perspectiva de melhora é bem evidenciada nos indicadores calculados.

A estabilidade nos indicadores relativos a comunidades demonstra que mesmo com os investimentos governamentais, os únicos indicadores que demonstram mudanças significativas são referentes à habitação (melhora) e à renda (piora).

Pode-se concluir que o INV e IDES nos assentamentos apresenta grande elevação, entre 2000 e 2004, em decorrência de melhorias substanciais nas condições de habitação, na saúde e na educação, o que leva, esses índices a convergirem em relação aos calculados para as comunidades. De fato, o INV nos assentamentos fica ligeiramente superior ao calculado nas comunidades, uma vez que a renda se aproxima e as condições das habitações são superiores.

Tabela 27. Comunidade e Assentamento-Comparação dos índices

Índices	Comunidade		Assentamento	
	1999	2004	2000	2004
I Saúde	0,39	0,37	0,44	0,36
I Educação	0,39	0,37	0,46	0,35
I Renda	0,75	0,81	0,86	0,87
I Habitação	0,36	0,28	0,72	0,10
I Informação	0,26	0,26	0,63	0,32
Ic	0,51	0,52	0,59	0,53
IDES	0,49	0,48	0,41	0,47
Ic	0,43	0,42	0,62	0,40
INV	0,57	0,58	0,38	0,60

Fonte: Banco de dados do PADR – UFRPE.

5 BIBLIOGRAFIA

CAVALCANTI, C. et al. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA, Recife, FUNDAJ (trabalhos para discussão n. 135) Fev. 2002. 30p.

CONDEPE, Monografia Mesorregional: Mesorregião da Mata Pernambucana. Recife, CONDEPE, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO/IICA. Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR – Perfil de Entrada e Estudo de Desempenho Físico, Recife, 1998.

LIMA, J.P.R.; A. B. SICSÚ. Zona da Mata Pernambucana: Diversificação Produtiva ou Retomada da Cana-de-açúcar? Arquivo <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep/eventos/enc2002/m31-lima.doc>.

ROMEIRO, A.; GUANZIROLI C.; LEITE S. (Org.) Reforma Agrária – Produção, Emprego e Renda – O Relatório da FAO em Debate, Editora Vozes, Petrópolis, 1994.

SOUZA FILHO, H.; BUAINAIN, A.M.; MELO, C.J.M de; SILVEIRA, J.M. da; MAGALHÃES, M.M. Does Community based self-selection of land reform beneficiaries work? An Assesment of the Brazilian Cédula da Terra Pilot Program, *Economia*, 2 (1), jan/jul 2001.

